

A EMPRESA RURAL NO BRASIL: O CAPITAL AGRÁRIO PERDENDO SUAS RAÍZES*

*Nilson de Paula***

1 - Introdução

Em 1986-87, o aprofundamento da instabilidade econômica fez emergir um amplo movimento de protesto na agricultura, especialmente no Centro-Sul do País, contra as políticas agrícolas vigentes. Um dos objetivos presentes na ação das organizações envolvidas nesse protesto se referia à manutenção dos preços mínimos num nível lucrativo o suficiente para os agricultores honrarem os débitos existentes e para elevarem seus níveis de renda. Essa pressão sobre o Governo trouxe à tona a questão relativa à lucratividade das atividades rurais. Isso assumiu um tom mais inflamado durante um período em que os subsídios ao crédito foram drasticamente reduzidos, os preços oficiais de garantia não acompanharam a elevação dos custos, o mercado interno recebia intervenção mais intensa do Governo para fins de combate à inflação, as exportações não estavam sendo tão bem-sucedidas como em anos anteriores, etc. Simultaneamente, esse estado crítico da agricultura coincidiu com uma forte reação, por parte das elites rurais, contra as propostas de reforma agrária que emergiram das crescentes mobilizações dos agricultores sem terra e das intenções reformistas do governo civil que assumiu o poder em 1985.

Essa conjuntura, a qual minava a estabilidade econômica do capital agrário, predominante nos anos 70, suscitou duas questões importantes sobre a lucratividade do capital no campo: (a) por que o Estado tem sido tão vital para a agricultura? (b) por que os agricultores capitalistas têm sido mais bem-sucedidos para angariar o suporte do Governo para o setor? Sendo assim, o capital agrário, tido como economicamente consolidado em virtude do porte de seu empreendimento e de seu poder de interferência dentro do Estado, revelou sua vulnerabilidade durante a crise dos anos 80.

Por outro lado, ao longo dos anos 70, grande parte da discussão sobre a questão agrária no Brasil esteve concentrada no ritmo das transformações técnicas e, ainda mais, nos impactos desse processo sobre os grupos de produtores não inteiramente integrados no projeto, que, a partir do fim dos anos 60, viriam a transformar o campo. A principal preocupação era, portanto, realçar o fato de que a agricultura estava se transformando num espaço de acumulação de capital, expondo, dessa forma, as

* Este texto é uma síntese da Tese de Doutorado defendida na University of London, em setembro de 1991, sob o título *Capitalist Farming in Brazil: an Analysis of the Strategies of Accumulation on Large Holdings in the 1980*.

** Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná

condições sob as quais os pequenos agricultores se envolviam com aquele processo global. Isso acabou se tornando uma complexa e importante questão, tendo em vista o atraso com que essa categoria de produtores passou a adotar as inovações técnicas e, ainda, o fato de que, mesmo que o tenham feito, não reproduziram as características básicas da produção capitalista. Apesar disso, pode-se dizer que o processo de modernização da agricultura, cuja dinâmica tem estado centrada fundamentalmente em grandes empresas, também abarcou pequenas unidades produtivas, baseadas no trabalho familiar, em grande parte vistas como corpo estranho no bojo do modelo agrícola implantado no Brasil. A partir disso, o principal desafio para a discussão teórica passou a ser a descoberta dos meios pelos quais os pequenos produtores têm se inserido no processo de acumulação de capital.

Essa discussão representou um grande avanço em relação ao *approach* então prevalecente, baseado nos princípios funcionalistas que abordavam a agricultura a partir dos papéis desempenhados dentro dos processos de desenvolvimento econômico. A questão agrária começou, portanto, a ser interpretada com base nas inerentes contradições do capital.

Mais recentemente, entretanto, o *mainstream* da discussão sobre agricultura no Brasil tem se concentrado na formação dos complexos agroindustriais, levando muitos autores a mudarem o foco de suas atenções para a dinâmica imposta pelo setor industrial sobre a base agrária. Mais do que isso, passou a ficar claro que a dinâmica da agricultura só se revelava a partir do reconhecimento de sua integração no complexo agroindustrial e também na circulação do capital financeiro. Ou seja, deixou-se o âmbito agrário exclusivamente e passou-se para a esfera mais ampla, que contém os componentes variados do capital em geral, sob o comando do capital industrial.

Embora esse avanço no tratamento da questão agrária tenha sido importante, têm surgido, a partir daí, raras investigações sobre as condições e limites do processo de acumulação de capital pelo que poderia ser denominado de capitalista agrário. Em outras palavras, qual tem sido sua posição na transformação do campo comandada pelo complexo agroindustrial? Responder a essa questão é o objetivo deste texto, que será desenvolvido trazendo os "grandes" produtores para o centro da discussão e enfocando seu potencial e formas de acumulação de capital como o ponto fundamental da análise. Mais concretamente, o foco principal está nas estratégias adotadas pelo capital agrário para sobreviver num período de profunda recessão econômica, quando as condições favoráveis proporcionadas pela política econômica dos anos 70 sofreram grande reversão ao longo dos anos 80. Sendo assim, torna-se necessário investigar as características do capital agrário e as estratégias adotadas para sua reprodução, especialmente num contexto de crise econômica.

Portanto, embora a dinâmica do complexo agroindustrial seja básica para a análise das mudanças no meio rural brasileiro, a importância da investigação sobre os aspectos internos do *farming business* é reconhecida neste estudo.

2 - O movimento do capital em direção à agricultura

Ao longo deste século, a existência de grandes unidades produtivas na agricultura tem resultado de três processos de concentração, historicamente instalados no interior da sociedade agrária. O primeiro pode ser considerado como um legado histórico do

feudalismo e de sistemas de produção anteriores ao processo massivo de transformação técnica detonado no início deste século. Nesse sentido, a grande propriedade tem se tornado a pedra fundamental para a existência da produção em grande escala no campo e para a constituição de interesses políticos fortemente constituídos tanto a nível local como nacional (MOUZELIS, 1976). Por outro lado, nesse processo de transição, os grandes proprietários tiveram de se adaptar a um sistema de produção guiado por parâmetros de eficiência e produtividade impostos pela dinâmica do mercado e suas inerentes leis de competição.

O segundo processo determinante da existência de grandes propriedades tem sido o resultado de um movimento de diferenciação social no âmbito da agricultura. Isso significa uma infinita recriação, por um lado, de pequenas e médias unidades produtivas, sob diferentes sistemas de acesso à terra num ambiente de profunda competição, e, por outro, de grandes produtores instalados em bases aparentemente mais sólidas. Entretanto esse movimento entre os agricultores assume características em cada país de acordo com a forma pela qual a agricultura se torna parte do circuito do capital como um todo, o que inclui os progressos tecnológicos e as decisões de política econômica e fundiária.

O terceiro processo envolvendo a grande unidade produtiva na agricultura está ligado àquelas empresas capazes de diversificar suas operações em direção ao campo. As empresas agrícolas, estabelecidas dentro desse processo, revelam uma tendência, de acordo com a qual a agricultura está se tornando segmento de um capital reproduzido por um variado espectro de atividades. Sendo assim, os investimentos no campo tornam-se mecanismos que integram a atividade rural ao conjunto da dinâmica econômica interna à empresa. Isto é, não mais através de relações comerciais, mas como parte do circuito do capital.

Apesar da variedade de tendências embutidas nesses processos, é a sobrevivência da pequena produção familiar no contexto da expansão das relações capitalistas de produção que tem gerado mais polêmica no debate acadêmico em torno da agricultura. Tem sido clara e incontestável a adaptação desse segmento às exigências do capital em geral. Entretanto essa resistência da pequena unidade familiar tem suscitado um questionamento que merece destaque: quais as necessárias condições gerais que estimulam investimentos efetuados por pequenos produtores em certas atividades, enquanto os grandes são afastados dessas mesmas oportunidades? (LLAMBI, 1988).

O tratamento dessa questão envolve um amplo leque de contribuições, dentre as quais destaca-se, primeiramente, a suposta superioridade do pequeno produtor, baseada não na existência do lucro, mas, sim, da renda familiar como parâmetro de reprodução da unidade (VERGOPOULOS, 1978). Nessa direção, Nakano (1981) salienta a sobrevivência da pequena unidade familiar como um resultado da tendência do capitalismo de destruir a taxa de lucro e a renda da terra através da competição entre a agricultura e o setor industrial oligopolizado. Portanto, a pequena produção familiar seria uma categoria inerente ao próprio desenvolvimento capitalista da agricultura.

Ligado a esse ponto, outros autores, entretanto, têm revelado, num *approach* similar, que a incapacidade do capital de expandir-se na agricultura se deve a obstáculos intrínsecos ao setor, tais como a escassez natural da terra e os componentes biológicos da produção (MANN, DICKINSON, 1978; AIDAR, PEROSA JUNIOR, 1981). Há fortes indicações, a partir daí, de que a centralização de capital na agricultura é de uma ou de outra forma limitada por obstáculos que tornam investimentos, nesse setor, não atrativos ao capital (MANN, DICKINSON, 1978; CONTRERAS, 1977). A lucrativi-

dade mais baixa na agricultura do que em outros setores estaria ligada ao *gap* entre tempo de produção e tempo de trabalho e à rotação do capital, mais longos no campo. Sendo assim, a agricultura seria deixada nas mãos dos pequenos produtores, ao mesmo tempo em que investimentos capitalistas seriam conduzidos para fora do setor, principalmente se se levar em conta aquelas áreas onde os obstáculos se manifestam mais intensamente.

Assumindo esse enfoque como instrumento analítico, a conclusão inevitável é de que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura pararia no portão da fazenda. Entretanto tem sido clara a tendência de aumento em tamanho das unidades agrícolas, especialmente durante as últimas quatro décadas, como resultado da competição na agricultura e das intensas tentativas de elevação dos níveis de renda pelos produtores. A história da agricultura americana mostra como os agricultores têm estado presos no contexto do *get big or get out*, no qual a eficiência econômica e a maximização de lucro têm determinado a exploração da terra (FITE, 1981).

Esse processo de crescimento das unidades é algo a ser mais precisamente analisado como forma de melhor equacionar a relação entre a sobrevivência da pequena propriedade familiar e o fortalecimento da grande produção. Em primeiro lugar, como uma tendência geral, é possível dizer que, onde a lucratividade é maior e há disponibilidade de tecnologia para superar possíveis obstáculos, as grandes unidades reúnem as condições necessárias para minar a competitividade da pequena produção familiar. Segundo Ghose (1979), a superioridade da produção camponesa na Índia deve-se ao atraso tecnológico que predomina nesse segmento. Tão logo insumos químicos se tornem disponíveis e comecem a ser usados, as unidades maiores são as primeiras a desfrutar de maior eficiência e produtividade. Sendo assim, fica enfraquecida a tentativa de reservar à pequena produção o desenvolvimento capitalista da agricultura.

Entretanto, mesmo assim, é preciso refletir sobre o processo de crescimento da produção na agricultura, com os ganhos de escala típicos desse setor de atividade. Em outras palavras, será o crescimento em tamanho necessário para se atingir uma produção mais eficiente na agricultura? (MADDEN, 1967).

Muitas investigações, sob diferentes enfoques e contando com um campo de evidência o mais variado, têm sido realizadas para o tratamento dessa questão. Na maioria dos casos, as análises são baseadas em modelos estatísticos, os mais abstratos, reduzindo a complexa variedade de estruturas produtivas a algo uniforme, com exceção do tamanho. No entanto, apesar dessa restrição a tal enfoque, há uma unanimidade de que economias de escala não são um fator importante para explicar a superioridade das unidades produtivas maiores *vis-à-vis* às médias e pequenas. Além de um certo limite, o lucro absoluto cresce apenas na medida do aumento proporcional dos custos.¹

A partir dessa constatação, pode-se voltar ao ponto de reforçar os argumentos em favor da superioridade da pequena produção familiar? As razões econômicas intrínsecas às unidades produtoras baseadas nas economias de escala falham enquanto mecanismo que possa justificar o crescimento em tamanho e os aumentos de

¹ Numa revisão de estudos a esse respeito, já realizados, Madden (1967) estimou que, nos Estados Unidos, havia um limite de economias de escala no segmento de lavouras para os estabelecimentos com área de 640 acres, plenamente mecanizadas e utilizando uma força de trabalho de um a dois homens. Para o setor de gado de corte, o limite, em termos de número de cabeças, era de 1.500 a 5.000, além do qual ganhos insignificantes seriam obtidos (US\$ 1 a US\$ 2 por cabeça).

rendimento. Esse resultado, juntamente com a sobrevivência de pequenas unidades familiares reforçariam o pressuposto de que a agricultura é um setor onde os investimentos são facilmente desestimulados. Se as empresas capitalistas encontram obstáculos para se expandirem na agricultura, como pode o desenvolvimento dos negócios agrários baseados em grandes estabelecimentos ser explicado? Se as condições dentro do setor são desfavoráveis, por que o capital aí se expandiria?

2.1 - As condições para a reprodução do capital agrário

Entre 1974 e 1985, nos Estados Unidos, aqueles estabelecimentos com vendas de mais de US\$ 500.000 aumentaram sua parcela no total do valor das vendas de 25,2% para 32,2%, em detrimento das unidades familiares de tamanho médio e, principalmente, das pequenas (GUTHRIE, HALCROW, 1988). Essa tem sido a tendência da agricultura americana, com uma diferenciação que aponta um firme processo de concentração, no qual apenas 3,3% dos estabelecimentos, em 1978, venderam 44,2% do produto bruto agrícola.

Embora seja incontestável que há um processo de concentração de capital na agricultura, é preciso esclarecer alguns aspectos a esse respeito. Primeiramente, há uma distinção a ser feita entre a difundida tendência na qual a agricultura é absorvida como parte da sociedade capitalista, transformando esse setor num segmento a mais da acumulação de capital, e aquela referente à transformação das relações sociais internas ao processo produtivo. Em outras palavras, a exploração da terra tem sido efetivamente influenciada pelas exigências do capital em geral, o que não significa ampla proletarianização da força de trabalho. Sendo assim, a reprodução de capital na agricultura tende a ser específica, desafiando as leis gerais dominantes em outros setores da economia. O aumento do número de proletários não é uma pré-condição para que as empresas capitalistas sejam reconhecidas como tais na agricultura, porque, aos primeiros sinais de inovações tecnológicas, os trabalhadores tendem a ser empurrados para as áreas urbanas. Isso significa dizer que é a retenção do valor excedente e seu permanente processo de reinvestimento e acumulação que promovem os agricultores ao *status* de capitalistas (PATNAIK, 1971).

Em segundo lugar, a terra, antes vista como um obstáculo que extraía parte do capital a título de renda, tem se tornado uma atração para investimentos no campo. O amplo processo de mercantilização passa a incluir a terra como uma *commodity* especial. É um patrimônio produzido naturalmente; existe em quantidade limitada; não tem mobilidade; sua fertilidade varia de acordo com a localização e, em grande parte, com suas características naturais; seu preço oscila de acordo com a recompensa esperada pelo seu uso e pelos movimentos especulativos. A partir disso, independentemente da origem e do local dos agentes econômicos, há um comportamento comum de tratar a terra como um patrimônio financeiro. Como diz Harvey (1982, p.347), é isso que vai proporcionar os mecanismos de transição para uma forma puramente capitalista de propriedade da terra.

Num outro nível, a terra tem se tornado um instrumento de valorização do capital da mesma forma que um abrigo protetor contra os riscos de alta taxa de inflação e instabilidade, ao invés de um mero componente dos custos. Mais do que isso, os obstáculos embutidos na propriedade da terra para a entrada de capital na atividade

agrícola não se referem à retirada de capital da produção, mas, sim, à competição instalada no próprio mercado de terras (MASSEY, CATALANO, 1978). Por outro lado, essa condição da terra passa a ser um atrativo ao grande capital em geral, que, em sua crescente diversificação, encontra no mercado de terras um ancoradouro seguro para inversões lucrativas (DELGADO, 1985). Portanto, a contradição incorporada na propriedade da terra sob o capitalismo transfere-se do campo para o circuito do capital ao nível da sociedade como um todo, perdendo seu isolamento e sua prévia identidade particular. A riqueza obtida com a propriedade fundiária não vem apenas dos movimentos de preço das *commodities* produzidas, mas também das alterações no sistema financeiro e no mercado de terras. Brinkman (1986) enfatizou o papel fundamental da elevação e da depreciação de patrimônio que ocorrem nos retornos financeiros da atividade rural, afirmando que serão necessários muitos anos de lucrativa produção para recuperar perdas patrimoniais que acontecem num único ano.

Embora a variação patrimonial desempenhe importante papel no processo de acumulação, ainda permanece a questão relativa à lucratividade obtida nesse segmento de atividade produtiva. Nesse sentido, um ponto-chave é reconhecer que o parâmetro de eficiência e a base para a expansão do capital são o lucro bruto. Ou seja, uma importante alavanca para o aumento de tamanho é o lucro total crescente ao invés do custo médio baixo (MADDEN, 1967). Outro aspecto, sublinhando a lucratividade das grandes unidades na agricultura, refere-se ao papel desempenhado pelo *lobby* dos grandes produtores junto ao Estado na definição das políticas públicas. O que se quer dizer é que se o crescimento em tamanho não é obtido por economias de escala, isso pode ser patrocinado pelo Estado (JANSEN, 1984). Mais do que por razões estritamente econômicas, para melhorar a eficiência, o que importa no contexto da agricultura é o aumento da renda, mesmo que parte dela venha dos cofres públicos. Usando o conceito de maximização de lucro, Mahmood e Maki (1979) concluíram que as vantagens obtidas pelos grandes produtores se ligam mais a decisões de políticas oficiais previamente tomadas do que a características inerentes ao tamanho.

Similarmente, para países latino-americanos, De Janvry (1981) e Manoel (1986) enfatizam a apropriação da renda institucional pelos grandes produtores no contexto do controle que exercem sobre as decisões de política, especialmente o acesso aos subsídios para produtos específicos, como é o caso da lavoura canavieira no Brasil. Na verdade, essa tem sido uma característica da ação do Estado na agricultura, na medida em que a maior parte dos subsídios, preços de garantia e outros benefícios, tem ido para os estabelecimentos maiores.

Sumarizando os fatores que sublinham o movimento do capital na agricultura, Stanton (1978) coloca três elementos explicativos para o fato de as grandes empresas sobreviverem com baixo retorno na agricultura:

- a) desde que maior volume de produção significa maior renda líquida, agricultores tendem a produzir mais, a fim de elevar a renda total;
- b) ocorre uma valorização real da propriedade, com impactos positivos sobre o preço da terra;
- c) ser grande produtor é uma condição para controlar mais recursos, o que implica a possibilidade de tomar parte nos grupos politicamente influentes e de desfrutar de um maior acesso às fontes de capital financeiro, além do *status* político no interior da comunidade. As razões estão, portanto, mais exatamente situadas em aspectos externos do que nos elementos internos ao processo produtivo.

2.2 - O papel do Estado no processo de capitalização da agricultura

Políticas governamentais têm sido um componente central da agricultura, devido ao fato básico de que estas são as responsáveis pela oferta de recursos a custos menores que os vigentes no mercado, por preços de garantia e outras medidas de proteção relativas ao mercado, pelas inovações tecnológicas, pela regulamentação sobre distribuição da terra, etc. Agricultura e Estado apresentam-se profundamente envolvidos um com o outro, de tal forma que é impossível entender o desenvolvimento do primeiro sem levar em conta o que ocorre nas diferentes instâncias do segundo. A intervenção do Estado na agricultura pode ser definida com base em três aspectos estruturais.

O primeiro é definido a partir das condições intrínsecas da produção agrícola, que se caracteriza como "caso especial", devido à grande dificuldade dos agricultores em determinarem seus preços e de obterem lucratividade comparável a outros setores. Ou seja, a agricultura é definida como *price taker* e não como *price maker*. Por um lado, desde que o sistema de produção está sujeito a incertezas, o Governo é forçado a desenvolver esquemas de compensação tanto em termos de renovação tecnológica como em termos econômicos.

O segundo aspecto refere-se às necessidades do processo de acumulação ao nível da economia, do qual a política agrícola é instrumento inerente. Assim, em grande medida, o padrão de desenvolvimento da agricultura é resultado das prioridades adotadas em termos tanto das necessidades de divisas através de exportação, devido a problemas de balanço de pagamentos, quanto do que requer o combate à inflação e o equilíbrio macroeconômico interno. Nesse sentido, a crescente demanda por alimentos, na medida em que a urbanização se intensifica como um fenômeno mundial, tem levado o Estado a adotar diferentes medidas, variando do estímulo à pequena produção até a importação agrícola.

O terceiro aspecto a ser levado em conta está ligado à atuação do *lobby* na definição das políticas e das estratégias adotadas para a agricultura. Essa força política deriva tanto do *front* eleitoral quanto da ação direta de certos interesses na definição de políticas. O grande declínio da população rural, como o que ocorreu nos países avançados depois da Segunda Guerra Mundial, não tem limitado o poder político oriundo da agricultura (PENNOCK, 1959; HOWARTH, 1969). Mais ainda, as organizações rurais têm demonstrado, com freqüência, o fracasso dos agricultores e ameaçado governos com atitudes crescentemente drásticas (FITE, 1981; TWEETEN, 1979). Hayami (1988) proporciona um bom exemplo relativo à agricultura japonesa, chamando de "triângulo de ferro" a coalizão formada pelas cooperativas, pelo Ministério da Agricultura japonês e o partido da situação, cuja ação tem impedido qualquer redução da renda institucional apropriada, diferentemente, pelos produtores. Embora haja uma base comum na maioria dos países capitalistas em termos da ação política dos agricultores, é importante resguardar as especificidades do movimento social de cada um deles.

Numa certa medida, agricultores são levados a produzir dentro de um sistema distorcido, tendo em conta que as lutas por suporte oficial têm gerado um ambiente artificialmente estável, como é o caso da Política Agrícola Comum na Europa. Mais do que isso, embora o suporte oficial para a agricultura tenha suas justificativas amparadas

em bases sociais, em muitos países os preços garantidos têm resultado em maiores benefícios para as grandes unidades produtivas.²

Em termos gerais, qualquer que seja o método de intervenção, o Estado está sempre envolvido na irreconciliável proposta de proporcionar preços baixos aos consumidores e preços crescentes e lucrativos aos produtores. O resultado dessa incompatibilidade tem sido uma situação quase perene de instabilidade e de proteção mais amplamente desfrutada pelos grandes produtores.

2.3 - Identificando os grandes produtores na agricultura

A discussão anterior esteve concentrada nos obstáculos para a formação de grandes empresas na agricultura e sobre os mecanismos para a sua superação. A questão agora se refere à definição e à dinâmica do que se entende aqui como grandes empresas. Muitas pesquisas foram produzidas com essa finalidade, utilizando critérios tais como: tamanho da área, volume de vendas, número de trabalhadores assalariados, nível de produtividade, etc.³ A maioria delas, entretanto, concentram-se no processo de diferenciação social, destacando o número de trabalhadores assalariados como a característica central das empresas capitalistas.⁴ Thorner (1969) adiciona em sua definição dos agricultores capitalistas o nível de reinvestimento do lucro final no processo de expansão das operações empresariais.⁵

Numa análise sobre a agricultura do Punjab, na Índia, Rudra (1970) selecionou algumas características dominantes nas empresas capitalistas. Dentre essas, destaca-se que o capitalista rural tenderia a contratar trabalho assalariado em maior proporção do que trabalho familiar, a utilizar maquinaria, a ser orientado para o mercado e,

² Como diz Heady (1983), é impossível separar as condições que favorecem o desenvolvimento da agricultura daquelas que estimulam os grandes produtores. No caso da Europa, a quarta parte mais rica dos agricultores recebem em torno de três quartos dos subsídios produzidos pela Comunidade (Guardian, 1988). Também Bell e Newby (1974) revelam que 5% dos agricultores ingleses recebiam 55% dos subsídios desde 1955.

³ Nikolitch (1969) definiu os maiores estabelecimentos na agricultura como sendo aqueles com vendas anuais de US\$ 100 000 ou mais, enquanto aqueles considerados como grandes unidades tinham vendas entre US\$ 20.000 e US\$ 99.999.

⁴ Na busca de uma tipologia baseada em critérios diferentes, Whatmore et al. (1987) estabeleceram quatro tipos ideais para caracterizar a estrutura do *business* agrário na Inglaterra:

- a) **empresas marginais e fechadas**, administradas por trabalho familiar em pequena escala e situadas às margens do mercado;
- b) **empresas dependentes e em transição**, gerenciadas por capitais individuais com trabalhadores contratados ocasionalmente, com capital e terra insuficientes para serem viáveis;
- c) **empresas integradas**, mais articuladas com o mercado e outros setores e não dependentes de força de trabalho familiar apenas;
- d) **empresas subsumidas**, as quais têm sido incorporadas por empresas não agrícolas, com interesses subsidiários na agricultura.

⁵ Apesar disso, o próprio autor deixa transparecer a ineficácia desse ou daquele critério, ao afirmar que " (...) nós nunca fomos capazes de definir um método para precisar qual o grande, médio ou pequeno produtor, ou qual produtor com específico número de trabalhadores contratados está funcionando realmente como capitalista" (THORNER, 1969, p. A-211).

finalmente, tenderia a organizar sua produção de forma a gerar uma alta taxa de retorno para novos investimentos. Essas características, em seu conjunto, conformariam um perfil dos estabelecimentos capitalistas agrários. Patnaik (1971), ao criticar tal *approach*, termina com uma proposta que se prende a indicadores médios relativos a:

- valor dos salários por unidade de área;
- relação do valor das vendas com valor dos lucros por área;
- valor do produto por área;
- valor dos equipamentos modernos por unidade de salário;
- valor do produto por unidade de salário; etc.

Por outro lado, as tentativas de classificação e enquadramento das categorias sociais por esse ou aquele critério revelam-se estáticas, tornando-se insuficientes para o tratamento de questões cruciais sobre a dinâmica das empresas capitalistas no campo. Sendo assim, algumas questões levantadas por Thorner (1969) são perfeitamente procedentes para o entendimento do funcionamento da empresa rural. Quais são as fontes de renda que permitem aos agricultores aumentarem o tamanho de suas propriedades? São os investimentos realizados dentro do processo produtivo rural uma aplicação de lucros obtidos a partir da própria agricultura, ou representam uma destinação de recursos vindos de fora do setor? Estas são apenas parte das perguntas a serem feitas para se captar o funcionamento do *farm business*, para cuja análise deve haver uma referência direta a aspectos relativos às políticas públicas, ao comportamento do mercado e preço de terras e, fundamentalmente, às estratégias estabelecidas pelas grandes empresas em sua variedade de investimentos.

A partir dessa revisão feita acima e da necessidade explicitada para um entendimento que capte o real dinamismo das empresas rurais, há que se levar em conta aspectos como:

- capacidade para adoção de inovações tecnológicas;
- avaliação de informações relativas a relações comparativas de preço e custo a retornos comparativos entre atividades rurais e investimentos alternativos;
- capacidade para participar do mercado de bens patrimoniais, principalmente o de terras, a fim de tirar vantagens de oscilações de preços;
- gerenciamento visando maximização de renda;
- capacidade de transferência dos riscos inerentes à atividade para o Estado.

Além desses aspectos, é preciso ter presente o fato de que as unidades rurais que operam em grande escala não obedecem apenas a uma definição de estratégias ao nível das atividades rurais. Mais do que isso, a empresa rural tem, crescentemente, revelado ser uma expressão de um capital, cuja lógica de reprodução inclui **também** a agricultura na mira de seus investimentos. Ou seja, há uma integração das atividades produtivas sob o comando de um único capital.

Esses aspectos enfatizam a dinâmica da produção capitalista na agricultura, na qual a complexidade aí existente se estende para além das relações de produção e da operação das unidades produtivas. É a capacidade de tomar parte no circuito geral do capital que dá à grande empresa rural a força para sobreviver como empresa capitalista. Dessa forma, a superioridade das grandes unidades sobre as pequenas só pode ser avaliada na medida em que são levados em conta fatores que ampliam suas fontes de renda. Quanto mais preso o capital agrário está às exigências da produção agrícola, mais vulnerável ele se torna.

3 - A grande produção na agricultura brasileira

Ao longo da história do Brasil, a grande propriedade, das sesmarias às atuais grandes empresas instaladas durante o processo de modernização após os anos 60, de diferentes formas, tem estado no centro da agricultura. Como ponto de partida, as sesmarias tornaram-se o pólo dinâmico do período colonial, sendo, posteriormente, consolidadas pela Lei de Terras de 1850. Essa condição histórica foi definitiva para a consolidação da grande unidade na agricultura brasileira (AIDAR, PEROSA JUNIOR, 1981). Nesses termos, há uma precondição histórica determinando a existência da grande produção no campo, instalada, basicamente, nas atividades de exportação, especialmente café, cana e pecuária. Por outro lado, a intervenção do Estado no desenvolvimento da agricultura caracterizou-se, historicamente, como um reforço típico da grande produção, associada às atividades exportadoras (DELGADO, 1985).⁶ Essa relação atávica entre o Estado e esse segmento dominante da agricultura se explica, fundamentalmente, pela pesada influência da oligarquia rural sobre as definições das políticas voltadas para o setor.

O exposto acima visa a apenas destacar o legado da grande propriedade que persiste no interior da agricultura. Mais do que isso, trata-se de uma herança que se revela ativa no sentido de determinar as condições sob as quais o Estado administra o suporte necessário à agricultura. Ou seja, embora o velho latifúndio tenha sobrevivido às mudanças na agricultura, principalmente depois dos anos 30, a então emergente empresa rural não apenas sobreviveu após os anos da modernização, como se tornou um importante agente desse processo.

Tendo em vista que a modernização na agricultura ao longo dos anos 70 — da sua concepção à sua implementação — tem sido exaustivamente discutida⁷, não se pretende retomar aqui tal análise. Torna-se mais importante para este estudo destacar alguns aspectos da reversão que tal processo sofreu ao longo dos anos 80.

3.1 - O sentido da política agrícola e a emergência das organizações rurais nos anos 80

Os anos 80 foram marcados por altas taxas inflacionárias e por um ritmo mais lento de crescimento da economia. Um dos principais problemas do Governo no que se refere às políticas para a agricultura era garantir a estabilidade econômica e a trajetória modernizante do setor agropecuário. Nesse sentido, os objetivos eram claramente reduzir a pressão dos preços dos alimentos na esfera doméstica, aumentar os volumes exportáveis e elevar a oferta de álcool, com expansão da

⁶ Está implícita aqui a distinção existente entre as empresas rurais e os considerados latifúndios tradicionais, amplamente marcados apenas por extensas áreas de terra.

⁷ Para tal, ver, entre outros, Fleischfresser, V (1988); Kageyama, A. et al (1987); Martine, G. (1989); Mello, M.C.D. (1975); Silva, J.G. (1981)

lavoura de cana-de-açúcar. Entretanto, apesar dessas boas intenções, o setor agrícola começou a ser profundamente afetado por uma redução nos preços internacionais e por um quadro de recessão interna, sujeitando a renda dos agricultores a um aperto maior do *cost-price squeeze*.

Mais do que isso, a economia agrícola começou a ser duramente atingida pelas mudanças na política de crédito subsidiado, em resposta às exigências colocadas pelas estratégias macroeconômicas de combate à inflação. Dessa forma, depois de mais de uma década de taxas de juros sob condições vantajosas, o declínio do suporte governamental começou a desafiar seriamente a agricultura capitalista. "O agricultor terá de obter lucro através de produtividade mais alta", dizia o Ministro da Agricultura (O Indic. Rural, 1982), expressando a meta oficial de ter uma agricultura eficiente o bastante para sobreviver sem subsídios do Governo. Entretanto essa visão colidiu com as estratégias macroeconômicas que atribuíam ao setor rural o papel de operar como um agente estabilizador de preços no mercado interno e de aliviador do peso da dívida externa. Paralelamente, as condições para o crédito rural começaram a se alterar, com uma prioridade aos pequenos e médios produtores, embora com um menor volume de recursos e um custo do financiamento mais elevado.

Em 1983, seguindo o pressuposto de que a economia estava superaquecida, o Governo, seguindo o receituário do FMI, começou a reduzir drasticamente todas as concessões de subsídios a título de combate inflacionário pela via de contenção da oferta monetária. Entretanto a via alternativa de desenvolvimento da agricultura, baseada em preços mínimos mais altos, trouxe um problema adicional para o Estado, na medida em que este se converteu, em certa medida, num importante comprador de produtos agrícolas (BUAINAIM, SOUZA FILHO, 1986), assumindo, assim, o papel de amortecedor entre preços rentáveis ao produtor e preços não inflacionários ao consumidor.

Entretanto, além da decisão de se proporcionar à agricultura preços mínimos mais altos num quadro de redução do volume de crédito, impôs-se ao setor uma "camisa-de-força", decorrente das políticas macroeconômicas. Em outras palavras, a estratégia do Governo de controle inflacionário entraria em choque com a necessidade de atender, de uma forma ou de outra, às exigências do processo de acumulação na agricultura.

Dessa forma, a redução do crédito subsidiado e o surgimento da política de preços como o principal instrumento de política para a agricultura criaram novas condições para a acumulação do capital agrário e novos problemas para o Governo. Primeiramente, as mudanças na política de crédito afetaram os produtores capitalistas de forma a forçá-los a recorrerem ao mercado financeiro para obtenção de crédito, na medida em que o sistema de financiamento oficial estava, de certa maneira, quebrado. Sendo assim, a agricultura perdeu, mesmo que temporariamente, a capacidade de se desenvolver à margem do sistema financeiro como um todo (SILVA, 1988). Em segundo lugar, a possibilidade de que os agricultores pudessem operar no mercado financeiro desviando os recursos obtidos a baixas taxas de juros para aplicações financeiras diminuiu em importância, enquanto os bancos privados foram se constituindo em importante fonte de crédito para agricultura. Com o advento do Plano Cruzado, as propostas de levar a economia de volta ao crescimento, associadas a novas iniciativas de combate à inflação, entraram em cena. Com isso, houve um retorno ao crédito barato como instrumento de suporte à agricultura, num abandono temporário às prioridades dadas às políticas de preço de garantia (FAGUNDES, 1988). Desnecessário dizer que esse efêmero retorno ao crédito perde significado tão logo as altas taxas de inflação recrudescem.

As mudanças na política agrícola refletiam as tentativas governamentais de reconciliar as prioridades da agricultura com aquelas das políticas macroeconômicas. Para o capital agrário, o enfoque dado à política econômica implicou que a acumulação seria factível apenas dentro de limitadas margens, estabelecidas pela forma como a oferta de alimentos estava para ser controlada no mercado interno e pelas medidas adotadas para estimular as exportações.

Depois de 1985, o que mais caracterizou as políticas foram a tentativa de restaurar a capacidade de investimento dos agricultores e o subsequente recuo das concessões de crédito subsidiado, na medida em que preços ascendentes na porteira e políticas de controle inflacionário se tornaram incompatíveis, adicionando, assim, instabilidade ao nível da produção. Ambas as políticas, ao revelarem o enrigecimento das finanças públicas, passaram a limitar as perspectivas de ganhos de capital a partir da exploração agrícola.

Entretanto as políticas agrícolas devem ser vistas como um resultado não apenas das decisões de *policymakers*, mas também da expressão de interesses opostos no interior do desenvolvimento da agricultura. Depois que as primeiras alterações na política agrícola haviam sido introduzidas no começo dos anos 80, as organizações rurais⁸ passaram a assumir uma postura mais agressiva em relação ao Estado, firmando seus interesses e transformando-os em bandeiras reivindicatórias, num quadro institucional de maiores liberdades políticas. Este se tornou um novo aspecto da agricultura, uma vez que a ação política aberta era um terreno exclusivo dos movimentos sociais, agindo em defesa dos interesses excluídos do "milagre econômico" dos anos 70.

Existem 207 organizações rurais, incluindo aquelas ligadas a atividades rurais específicas, tais como pecuária de corte, suinocultura, avicultura, etc. Deve-se destacar também aquelas ligadas a atividades comerciais agrícolas, a setores agroindustriais de insumos e equipamentos e, principalmente, aquelas operando como "guarda-chuva", cobrindo um amplo espectro de interesses da agricultura (MORAES, 1987).

As organizações empresariais rurais começaram a ganhar corpo no começo do século, principalmente a partir do complexo cafeeiro. Durante o processo de modernização, ocorreram poucos e limitados conflitos entre o Estado e as elites rurais. De fato, as políticas para a agricultura eram, em grande medida, um resultado das influências exercidas pelos grandes produtores. Desde 1965, organizações como a Confederação Nacional da Agricultura, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) têm estado bastante próximas às instâncias de definição das políticas para o setor (SORJ, 1980). Não havia movimentos massivos nem necessidade de articulações políticas com outros grupos sociais ou mesmo ao nível do Congresso.

Na medida em que as políticas de modernização começaram a falhar no começo dos anos 80, os primeiros sinais de uma atitude diferente por parte das organizações empresariais rurais foram detectados. Elas passaram a transferir o foco de suas ações políticas de Brasília para suas próprias bases e para um contexto mais exposto à opinião pública. Uma das primeiras reações contra a decisão tomada pelo Governo em 1982,

⁸ Referem-se tanto àquelas organizações historicamente ligadas aos interesses das oligarquias rurais, tais como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), como àquelas criadas no contexto da retomada de movimentos sociais pela reforma agrária, como a UDR.

de redução dos subsídios, foi a demanda do então Presidente da SRB por medidas compensatórias. Começava-se um lamento coletivo pelo fim dos "anos dourados" dos juros de 15% para empréstimos rurais. Durante a primeira metade dos anos 80, a insatisfação dos agricultores pela direção tomada pela política agrícola seguiu esse tom. Entretanto ficava claro para os grandes produtores que não havia um mecanismo eficiente de representação que pudesse angariar apoio junto às suas bases. O vazio de uma representação apenas formal começava a ficar mais explícito, embora basicamente relacionado à situação da CNA, que estava passando em 1982-83 por um processo de renovação de liderança.⁹

As mudanças em direção a uma organização nesses moldes levou os líderes rurais a tentarem recuperar o elo perdido, ou melhor, nunca existente, com suas bases.

Nesse contexto, dois aspectos fundamentais precisam ser mencionados. Primeiramente, as lideranças passaram de uma posição de demandas e lamentos apenas para uma de apresentação de novas propostas de política. Em segundo lugar, as entidades passaram a congregar forças, combinando suas lutas isoladas com a criação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), integradas pelas CNA, SRB, SNA e OCB. Num contexto em que a política agrícola estava sendo engolida pelas dificuldades enfrentadas pelo conjunto da economia, os agricultores viram-se na urgência de intensificar demandas ao Governo através de protestos públicos, em grande parte detonados pelos descaminhos do Plano Cruzado.

O surgimento da FAAB, entretanto, como já mencionado, não era apenas uma resposta às indecisões da política agrícola. Mais do que isso, representava um contra-ataque ao crescente movimento pela reforma agrária, aparentemente angariando suporte do Governo empossado em 1985. Apesar disso, sob intensa pressão por parte dos grandes proprietários, a execução desse programa padecia da falta de um comprometimento oficial mais efetivo. Pelo contrário, o Governo preferiu criar uma atmosfera na qual as questões mais espinhosas pudessem ser enfrentadas sem radicalismo. Nesse contexto de "adiamentos", o Governo acabou mantendo acesa a proposta reformista, sem, entretanto, ir muito longe na sua efetiva implementação. Por outro lado, estabeleceu-se um acordo entre a FAAB e a UDR, no qual a primeira assumiria o papel de negociador com o Governo, tanto na busca de uma alternativa para a proposta de reforma agrária quanto na elaboração de novas medidas de política agrícola. Por sua vez, a UDR incumbir-se-ia de realizar o chamado trabalho sujo, referente ao confronto com o movimento dos sem-terra, o que incluía até mesmo ações de resistência armada.

Embora os conflitos instalados na agricultura brasileira, decorrentes do movimento pela reforma agrária, sejam importantes para se captar o sentido da organização dos empresários rurais, a atenção, neste texto, será concentrada no campo da política agrícola.

⁹ A Paulinelli, vencedor das eleições para a presidência daquela entidade, afirmava que a agricultura estava sem força política e desorganizada. Entendia, assim, que, num contexto de mudanças políticas no País, apenas as entidades fortes e bem estruturadas seriam ouvidas (O Indicador Rural, 1984). Entretanto é preciso ter claro que muito do discurso das lideranças rurais naquele momento tinha também como elemento motivador o crescente movimento pela reforma agrária, tanto dentro do Governo como no interior da sociedade como um todo.

Durante a primeira metade dos anos 80, a reação dos agricultores contra as medidas oficiais foi basicamente de protesto. Depois de 1985, a aparente falta de rumos na condução das políticas agrícolas tornou-se mais visível. Nesse sentido, tornou-se voz corrente entre os empresários rurais¹⁰ que a reforma agrária deveria ser apenas um elemento do conjunto de uma nova política agrícola. Mais do que isso, a principal preocupação dos grandes proprietários era de obter proteção contra o eminente fracasso do Plano Cruzado. Para tanto, as reivindicações buscavam basicamente:

- a) a existência de um preço mínimo como mecanismo básico para contrabalançar o aumento dos custos de produção;
- b) a garantia de um acesso mais livre ao mercado externo como um meio alternativo para assegurar os níveis de renda, considerando que o mercado interno estava, em certa medida, sob controle do Governo;
- c) a eliminação da reindexação das taxas de juros para aqueles que realizaram empréstimos a taxas de juros de 3%;
- d) a ampliação de fundos para o crédito rural, tendo em vista a perda de lucratividade na agricultura e a tendência dos bancos privados de reduzir a disponibilidade de recursos a serem investidos nesse setor.

Embora esses pontos se refiram mais propriamente a uma demanda de caráter conjuntural, é importante assinalar que resultavam de uma análise mais detalhada e de informações organizadas pelas próprias entidades. Isso significa que havia uma nova base reivindicatória por parte das organizações rurais, que resultava não mais de um simples lamento sobre decisões já tomadas pelo Governo, mas, sim, de uma avaliação própria para a elaboração de novas propostas. A partir daí, as entidades começaram a agregar argumentos que iam além de questões conjunturais, chegando a argumentos e a princípios para demandar uma regulação mais efetiva e permanente para a agricultura.

Na busca de uma política agrícola de bases permanentes, as entidades representativas revelaram dois princípios, reflexos de duas visões diferentes sobre a agricultura. A primeira pode ser caracterizada como sendo uma visão ruralista, em oposição aos interesses urbanos da indústria e do setor bancário, os quais têm sido os principais beneficiários do desenvolvimento da economia brasileira durante as últimas quatro décadas. O fato de a agricultura ter bancado o nascimento do setor industrial, principalmente por meio da política cambial, não permite supor que haja aí algum tipo de dívida histórica para com a agricultura. Na verdade, há uma questão de perda de poder do setor, tanto em termos políticos quanto de importância na geração da renda interna. Mais ainda, o objetivo dessa concepção é atingir uma maior influência dentro das instâncias de decisão no aparelho de Estado.

¹⁰ Na verdade, buscava-se tornar essa visão também voz corrente da sociedade agrária como um todo, visando minar, com isso, as propostas de reforma agrária. Assim é que a FAAB procurou tirar vantagem da ampla insatisfação existente no campo, propugnando um amplo movimento por políticas que minimizassem a importância das propostas de reforma. A passeata de agricultores, de agosto de 1984, chamada "O Grito do Campo à Nação", no qual a CONTAG (representante dos trabalhadores rurais) tomou parte, demonstrou que havia uma efervescência que poderia ser apropriada e canalizada por uma organização politicamente eficiente.

O segundo princípio, orientando as demandas dos agricultores, baseia-se no pressuposto de que o Estado é um suporte-chave para a lucratividade da agricultura. Ou seja, desde que as atividades rurais contenham maior dose de risco, espera-se que alguma proteção seja concedida a fim de que os *constraints* inerentes a esse setor sejam compensados pelo Governo. A agricultura como um setor ainda concorrencial, imerso em uma economia oligopolizada, requeria algum tipo de ajuda extra para manter o nível de reprodução do capital. Na verdade, esse argumento não é novo, uma vez que Johnson (1958, p. 127) já revelava que, na agricultura americana, desde que os agricultores não podiam se organizar para atingir poderes monopólicos, o Governo deveria promover a assistência necessária para que os agricultores obtivessem tal poder.

Portanto, espera-se que o Governo atue como sócio, quando o mercado não gera o retorno esperado para se atingir estabilidade para a agricultura. Inúmeras propostas nesse sentido, demandando garantias de rentabilidade para as atividades rurais, por si mais sujeitas a riscos, foram veiculadas.

Na medida em que as organizações rurais ganharam força, principalmente em termos de uma mais ampla representação no Congresso e de maior grau de mobilização junto aos agricultores, passaram a concentrar forças num projeto mais ousado: A Lei Agrícola. Esperava-se, com essa iniciativa, um novo e definitivo *framework* para regular as atividades rurais de forma que o setor se visse livre tanto das instabilidades inerentes ao mercado quanto daquelas provocadas pelas intervenções do Estado na administração das políticas macroeconômicas. A luta pelo sucesso dessa proposta resultou na criação da Frente Parlamentar da Agricultura, cujos principais objetivos na formulação de uma proposta de lei para a agricultura se referiam a um mercado livre para o setor, no qual todos os seus participantes desfrutariam de igual oportunidade. Em suma, liberalização do mercado, combinada com uma retirada do Governo do mercado, mesmo que para efeitos de combate aos problemas inflacionários. Evidentemente, essas propostas estavam amplamente inspiradas na conjuntura de 1986-87, quando a necessidade de manter um rígido controle nos preços levou o Governo a proibir exportações, aumentar importações, congelar os preços ao consumidor, etc., medidas que restringiram os mercados do agricultor. A partir daí, a proposta da Frente Parlamentar era de que:

- a) o abuso de poder econômico deveria ser controlado;
- b) o controle sobre preços no atacado e no varejo deveria ser eliminado;
- c) o mercado externo deveria ser livre, sem qualquer restrição na exportação de *commodities* e importação de insumos para o setor;
- d) qualquer intervenção do Estado em mercados agrícolas passíveis de serem controlados pela iniciativa privada não deveria ser permitida. Mais ainda, a infra-estrutura de propriedade do Estado deveria ser transferida para o setor privado;
- e) a viabilidade das operações mercantis pelas empresas privadas deveria ser protegida pelo Estado;
- f) as definições de preços pelo Governo deveriam ser do conhecimento de todos os agentes que operavam no mercado agropecuário.

Observa-se, portanto, que, ao mesmo tempo em que se visava à liberalização do mercado, sem práticas de caráter monopolístico, a presença do Estado era esperada para introduzir medidas regulatórias, para garantir que o jogo do livre mercado não sofresse perturbações. Um claro exemplo disso refere-se às exportações. Se, por qualquer outra decisão política, houver a necessidade de desvalorizar

a moeda, os agricultores clamam por medidas compensatórias. Da mesma forma, subsídios são esperados, se os preços sofrem um decréscimo como resultado de medidas artificiais.

Essas evidências, de qualquer maneira, indicam que é preciso avaliar os movimentos de livre mercado relativo ao setor agropecuário e às perspectivas do Estado na administração das políticas agrícolas no contexto macroeconômico.

3.2 - Pode a liberalização ser um parâmetro para as políticas agrícolas?

Fica bastante claro, a partir do que foi colocado acima, que a pressão dos líderes rurais sobre o processo de decisão no campo das políticas agrícolas é bastante marcada por uma demanda contraditória por liberalização do mercado, tentando evitar a intervenção do Estado por um lado, mas demandando sua proteção por outro. As mesmas pessoas que combatem publicamente essa intervenção são aquelas que, no âmbito restrito, buscam maiores incentivos do Governo (SILVA, 1988). Essa liberalização pela metade, entretanto, apenas reflete a incapacidade dos líderes rurais para compreenderem a complexidade de questões geradas que emergem num período de crise profunda. Mais ainda, reflete o limitado poder das organizações rurais para interferirem no rumo das políticas macroeconômicas, altamente sincronizadas com o ritmo e as necessidades do processo de acumulação em geral, do qual a agricultura é apenas parte integrante.

Na verdade, o Estado tem se visto encurralado por três fatores, com direta repercussão sobre o *business* agrário: instabilidade no mercado internacional de *commodities*; limitação de recursos para crédito, especialmente de investimento; e uma alta e persistente inflação. É nesse contexto que se espera o restabelecimento de parâmetros de acumulação na agricultura, o qual certamente não será elevado simplesmente com estratégias de liberalização do mercado.

No *front* internacional, as *commodities* agrícolas enfrentaram uma forte onda de instabilidade, causada, basicamente, pela desordem ocorrida no modelo instalado no Pós-Guerra, sob a hegemonia americana. Em outras palavras, trata-se do fim de um ciclo de acumulação agroindustrial e das estruturas de regulação sustentadas pelos países da OCDE (GOODMAN, REDCLIFT, 1989). Portanto, a crise internacional da agricultura não é apenas uma combinação de fatos negativos, mas consequência de tendências estruturais na economia mundial. Mais do que isso, trata-se de uma reverberação de situações nacionais de superprodução e incapacidade dos governos de conterem as demandas por subsídios e outras formas de incentivo, para gerar um contexto de livre mercado, baseado em vantagens comparativas. Como resultado, a agricultura nos Estados Unidos e na Europa tem sido bancada pelo Estado, tanto através de preços internos mais elevados aos produtores quanto pelas recentes iniciativas de manter áreas fora de cultivo por meio de *set-aside programmes*. Atinge-se, dessa forma, um arranjo entre manter o processo de acumulação na agricultura e obter posições vantajosas no mercado internacional. Simultaneamente ao enorme acúmulo de estoque de grãos, os agricultores enfrentaram preços altamente flutuantes, especialmente para baixo, em contraste com a estabilidade do período Pós-Guerra, até a década de 70.

Por outro lado, os países do Terceiro Mundo têm se tornado mais dependentes das exportações, devido ao persistente problema da dívida externa (BUTTEL, 1989). Entretanto essa crucial dependência das exportações tem sido ameaçada pela ineficácia das instituições reguladoras, tais como o GATT, cujos princípios de livre concorrência têm sido desafiados por atitudes protecionistas dos EUA e da CCE (TUBIANA, 1989).

Internamente, um determinante crucial para que os agricultores possam atingir um nível sustentável de acumulação se refere a uma solução para o problema do financiamento. O nível das taxas de juros deve ser tal que permita, por um lado, a recomposição do fundo dos emprestadores, e, por outro, propicie aos agricultores um nível aceitável de lucratividade. Se o controle do Estado sobre o sistema de crédito se revelar insustentável, resta aos agricultores apenas a alternativa de contar com sua própria capacidade financeira, o que tem sido possível apenas para os grandes produtores, cujos fluxos de renda têm-se expandido para além dos limites da agricultura. Ou seja, o capital agrário bem-sucedido em tal contexto é aquele cuja base de reprodução não conta apenas com o meio rural.

A perda de força das estratégias de modernização, oriunda da incapacidade do Estado de controlar processos divergentes na economia, enfatizava a necessidade de uma nova regulação para a agricultura. Isso significa dizer, uma nova estratégia para restaurar a capacidade de produção no campo. Para tal, uma série de negociações deve emergir, visando à preservação de privilégios ou a um *status quo* que coloque o Estado como um vital aliado dos agricultores, principalmente aqueles que vêm a retirada dos benefícios oficiais com grande desconforto (VEIGA, 1988).

Por outro lado, as propostas das organizações rurais dos grandes produtores, da mesma forma que as tentativas ventiladas pela burocracia oficial deixam de lado aspectos estruturais importantes, principalmente aqueles relacionados às fontes de renda das empresas rurais. Muito da discussão sobre política agrícola se refere aos sucessos e fracassos de safras específicas *vis-à-vis* às condições de financiamento para o ano em curso. Entretanto a dinâmica do capital agrário, em sua diferenciação interna, vai além das perspectivas de curto prazo, envolvendo aspectos localizados fora da safra agrícola e também da própria agricultura.

4 - A grande produção no período de modernização: o caso do Paraná

Desde 1970, as mudanças tecnológicas na agricultura têm sido acompanhadas por elevação no grau de concentração da posse da terra. O Índice de Gini para o Paraná passou de 0,719 em 1975 para 0,733 em 1980 e para 0,754 em 1985, revelando que, pelo menos no tocante à propriedade da terra, grupos de produtores maiores ampliaram sua importância. É possível assumir aqui que há uma associação entre capital agrário e grandes unidades de área, apesar de casos em que empresas possam se desenvolver em pequenas áreas. No entanto, tomando-se o conjunto da agricultura, quanto maior o tamanho menos significativa o valor produzido. Isso adiciona ainda mais indagações a respeito da perspectiva da rentabilidade da grande produção no campo.

Com a finalidade de discutir essa questão, estabeleceram-se, em primeiro lugar, as diferenças entre os segmentos de produtores no que se refere ao nível de investimento. Os anos 70 foram o período em que os agricultores em geral mais expandiram seu patrimônio, especialmente seus equipamentos, em grande parte em decorrência das condições favoráveis já mencionadas. Aqui, entretanto, verifica-se que, nos grupos de maior área, houve uma tendência crescente de investimento, quando tomado o estrato de área globalmente. Ou seja, quanto maior o estabelecimento maior o valor investido. Entretanto a relação entre o valor do investimento e a área explorada indica uma tendência inversa, o que reflete o fato de que há um limite no grau de rentabilidade com o aumento do tamanho dos estabelecimentos.

Entretanto, apesar da superioridade dos segmentos médios e pequenos em termos de investimento por hectare, é importante enfatizar que essas diferenças são explicadas pelas necessidades de cada atividade com a qual os produtores estão envolvidos. Sendo assim, é de se esperar que a produção de soja e trigo demande uma reciclagem de máquinas e equipamentos mais intensivamente do que ocorre com a pecuária, principalmente extensiva, e o setor florestal. Em alguma medida, isso explica porque os produtores menores apresentam um nível de investimento mais elevado por unidade de área do que os maiores.

Em segundo lugar, para os efeitos dessa discussão, observam-se os resultados econômicos finais, os quais serão expostos, primeiramente, a partir do valor médio do patrimônio por hectare de área total. Por esse critério, constata-se que a magnitude de acumulação nesses segmentos de produtores é maior.

Tabela 1

Valor do patrimônio físico, lucro bruto por hectare de área total
e lucro bruto por estabelecimento, por estrato de área total,
no Paraná — 1985

(Cr\$ 1 000,00)

GRUPOS DE ÁREA		PATRIMÔNIO FÍSICO	LUCRO BRUTO POR HECTARE	LUCRO BRUTO POR ESTABELECIMENTO
Menos de	50	187,09	8,87	114,25
De 50 a	100	165,12	7,28	539,42
De 100 a	200	163,67	5,45	833,90
De 200 a	500	156,24	4,47	1 548,79
De 500 a	1 000	140,63	4,32	3 476,48
De 1 000 a	2 000	138,01	2,85	4 745,56
De 2 000 a	5 000	106,01	2,55	9 168,18
Mais de	5 000	82,09	2,43	43 213,37
TOTAL		155,95	5,82	216,49

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO 1985: Paraná (1985). Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA: Valores a preços de 1980.

Há, portanto, um decréscimo do valor médio, na medida em que se avança dos estratos menores para os maiores. A mesma tendência é verificada quando se observa o lucro bruto dos estabelecimentos por hectare. Esse comportamento, por conseguinte, reflete a abordagem feita inicialmente, indicando a especificidade do processo de acumulação na agricultura, principalmente no tocante à sobrevivência dos pequenos empreendimentos. Da mesma forma, reforça o questionamento a respeito da atratividade que a agricultura exerce sobre o capital, uma vez que o retorno obtido, na razão do tamanho das unidades produtivas, tende a reduzir na medida em que este aumenta. É importante retomar, então, a questão inicial sobre o que explicaria a incontestável concentração de capital na agricultura.

Em primeiro lugar, observa-se que há uma inversão daquela tendência quando se trata do lucro bruto total para o conjunto da exploração. O primeiro ponto a ser enfatizado é que lucro bruto em termos absolutos é o que realmente importa para o produtor, quando a lucratividade de seu empreendimento é avaliada no final do exercício. Contrariamente ao visto na Tabela 1, há uma superioridade dos estratos de tamanho superiores, numa avaliação simples que é, na verdade, a base para futuras decisões de investimento.

Por outro lado, não se deve fazer uma associação simples e direta entre o maior poder de acumulação dos grandes produtores à sua maior lucratividade, em termos de lucro bruto e tamanho de área. Existem, de fato, aspectos históricos ligados à formação das grandes unidades produtivas que proporcionaram o surgimento de um poder de acumulação, não necessariamente resultante de lucro bruto mais elevado. Para ilustrar esse *background* da grande produção na agricultura do Paraná, três origens do capital são destacadas. A primeira refere-se aos produtores bem-sucedidos no cultivo de lavouras mais rentáveis, especialmente as ligadas ao mercado internacional, como o café, por exemplo. Trata-se aqui da constituição do capital agrário a partir da exploração da terra, capaz de gerar um potencial de investimento, em grande parte dirigido para a aquisição de novas áreas de terra.

A segunda origem do capital agrário está associada aos negócios de exploração madeireira, num período em que amplas reservas naturais eram um forte atrativo para aquisição de novas terras, não devido aos ganhos oriundos de sua exploração, mas, sim, da riqueza já formada naturalmente na forma de madeira. Muitas das grandes fortunas existentes na agricultura do oeste do Paraná, que ainda hoje são resultado de complexos rurais envolvendo serrarias e lavouras de soja, refletem essa trajetória do capital agrário (MELLOS, 1988). A terceira origem passível de ser identificada na agricultura é encontrada fora da agricultura, apesar de uma possível conexão das empresas ou dos interesses com esse setor. Esse fluxo de capital em direção à agricultura está baseado na atratividade da terra como um patrimônio extremamente valioso e, principalmente, como um elemento protetor do capital contra os efeitos de instabilidades econômicas em contextos de alta inflação. Muitos industriais e comerciantes mantêm parte de seu capital diversificado na agricultura, levando, assim, o capital agrário a estar também articulado com outros grupos sociais inseridos na economia urbana.

Como já foi mencionado, a transferência de recursos de uma atividade para outra, dentro da complexidade econômica da produção agrária, faz com que se compensem déficits num setor com os ganhos obtidos em outras frentes de investimento. Nas condições de instabilidade prevaescentes nos anos 80, tornou-se crucial para os agricultores a manipulação das várias fontes geradoras de renda, o que inclui a melhor oportunidade para comprar e vender, flexibilidade entre as atividades rurais mais lucrativas e alternativas de investimento fora da agricultura, principalmente aquelas do mercado financeiro. Esse é

um aspecto particularmente central nos últimos anos, levando líderes rurais a afirmarem que os melhores negócios da agricultura não se referem à propriedade de gado ou lavouras, mas, sim, aos investimentos no mercado financeiro (O Indic. Rural, 1986).

A primeira medida após a colheita é transferir rapidamente o dinheiro para os bancos. Essa prática simplesmente reflete o fato de que o capital na agricultura não poderia sobreviver com os recursos oriundos da produção apenas. É necessário manter o capital em sua forma líquida, como dinheiro, capaz de ser transferido de um setor para outro.

Simultaneamente, é como parte dessa dinâmica geral que a terra tem sido visada como uma opção de investimento. As flutuações nos preços da terra refletem tanto as tendências da economia rural como as da inflação e das taxas de juros. Entre 1980 e 1985, o intenso aumento nas taxas de juros, associado com colheitas frustradas em alguns anos, desestimulou investidores para a compra de terras, ao mesmo tempo em que eram atraídos para o mercado financeiro. Depois da reação favorável dos preços internacionais em 1984, causando uma recuperação na renda dos agricultores, o mercado de terras reagiu reforçado pelo curto sucesso do Plano Cruzado. Os recursos canalizados para o sistema financeiro também retornaram para o campo, em parte na forma de novos equipamentos e, em parte, na forma de áreas adicionais de terra. Entretanto, quando o Governo iniciou o descongelamento dos preços no final de 1986, a terra perdeu um pouco de sua atratividade.

O aspecto importante a ser destacado aqui é que o preço da terra funciona como um mecanismo central da lucratividade na agricultura. Nesse contexto, os produtores com disponibilidade de capital dinheiro, principalmente aqueles com recursos fora da agricultura, são os grandes beneficiários das oscilações desse preço (DELGADO, 1985). Nas áreas de fronteira, essa estratégia se baseia na chamada renda do fundador, a qual tem, fortemente, atraído grandes empresas de vários setores para o mercado de terras, principalmente nos projetos de colonização. Mais ainda, é importante levar em conta o fato de que a propriedade da terra tem tido uma grande importância nos contratos de crédito e também o de que crédito subsidiado, na medida em que estimula investidores a se voltarem para a agricultura, pressiona o preço da terra para cima. Sendo assim, apesar do compromisso com as necessidades do processo produtivo pelos agricultores, é amplamente bem-vindo o argumento segundo o qual os aumentos do valor da terra são o principal fator no processo de acumulação no campo. Como afirma Bell e Newby (1974), a riqueza dos agricultores consiste em instrumentos produtivos que se depreciam rapidamente e de um patrimônio fixo, terra e edificações, que se valoriza de acordo com o ritmo da inflação.

Por outro lado, deve-se registrar o contra-argumento de que acumulação de riqueza nesses moldes não é parte dos negócios correntes dos agricultores, mas apenas de uma recompensa futura na forma de um patrimônio valorizado, não realizado no mercado. Em outras palavras, os investimentos patrimoniais visando às futuras gerações não são algo para ser convertido para a forma líquida do capital no curto prazo. Do ponto de vista de muitos agricultores, a terra não é adquirida, necessariamente, como parte de um jogo financeiro, devido, basicamente, às suas dificuldades financeiras. Na verdade, eles mantêm interesse pela terra, devido ao simples princípio de que sua renda total será maior se o volume de produção se elevar. Associado a isso, a terra é um depositário de excedente monetário assim investido, como parte de uma estratégia para proteger o capital contra os efeitos corrosivos da inflação.

Apesar desses aspectos ligados às oscilações de preço como geradores de riqueza, tem-se que a acumulação de capital na agricultura é mais facilmente atingida por aqueles

que possuem negócios no setor urbano associados com o meio rural. Nesse sentido, o produtor rural que depende apenas das fontes de renda da produção do campo encontra maiores dificuldades para sobreviver como empresário. Isso significa dizer que há um desafio a esses produtores no sentido de fazer com que parcela crescente da renda, proveniente da produção rural, seja resultado de maior eficiência. Isso, entretanto, tem se tornado cada vez mais difícil a partir das características de desenvolvimento da agricultura como um todo.

5 - Conclusão

O padrão de distribuição da terra e da riqueza na agricultura brasileira foi largamente determinado antes do processo de modernização, iniciado nos anos 60. Quando a agricultura se tornou mais articulada com o setor agroindustrial, a estratégia oficial por trás das transformações técnicas assumiu a estrutura prevalescente de posse da terra como um dado e, a seguir, a consolidou. Em outras palavras, o acesso a terras e aos benefícios proporcionados pela política agrícola durante o período de modernização apenas adicionou novos elementos à diferenciação econômica e social já existente no setor.

Esse legado da propriedade da terra, o qual se estende ao período colonial, também proporcionou as bases para a emergência dos interesses agrários, principalmente aqueles ligados às atividades mais lucrativas, tais como café, cana e pecuária bovina. Foi também a partir desses interesses setoriais que a relação entre Estado e agricultura foi delineada, fornecendo também o *framework* social da modernização tecnológica dos anos pós década de 60. Uma clara ilustração disso é o fato de que o conjunto de incentivos concebidos num contexto de baixa inflação e economia estável, proporcionado pelo Estado, era parte da estratégia de modernizar a agricultura, transformando o latifúndio em empresa rural.

A agricultura moderna gerada pelas condições favoráveis dos anos 70 enfrentou um grande desafio nos anos 80, quando altas taxas de inflação varreram a economia e corroeram a estrutura financeira do Estado. Com isso, o que se afirma como sendo a crise da agricultura nos anos 80 é, na verdade, uma crise do Estado. Assim é que a reação política contra a falta de políticas econômicas de suporte para a agricultura refletiu a tentativa de preservação do *status quo* e de obtenção de garantias para políticas em bases permanentes. A crise econômica dos anos 80 propiciou que os agricultores se mobilizassem para garantir a consagrada aliança entre agricultores e Estado. Entretanto essa mobilização revelou uma base social bastante estreita e um grande *gap* entre a liderança e a massa. Sendo assim, ainda prevalece, nas condições atuais, uma grande importância dos *lobbies* como forma de reivindicar e pressionar o Estado.

As estratégias de reprodução do capital adotadas pelos empresários rurais são fortemente determinadas pela dinâmica das diferentes atividades rurais, principalmente aquelas ligadas ao mercado externo. Isso significa dizer que o capital agrário não é um segmento monolítico do capital em geral, mas uma composição de diferentes estruturas políticas e econômicas dentro da agricultura. Em outras palavras, o negócio embutido na pecuária bovina não carrega em si as mesmas exigências e características da soja, por exemplo.

Por outro lado, a oscilação no preço dos itens patrimoniais, principalmente a terra, tem se tornado um mecanismo do processo de acumulação do capital agrário. Essa questão não está relacionada apenas à expansão da riqueza via aquisição de mais terra, mas também à possibilidade de se tomar parte no mercado de terras. A compra

e venda de terras pode se tornar, portanto, uma fonte de acumulação através dos ganhos especulativos do capital. Essa possibilidade marca uma clara distinção entre grupos de produtores, no qual se destaca a maior habilidade do grupo dos grandes de vender parte de suas propriedades, convertendo o resultado da venda em lotes mais extensos em outras regiões sem maiores impactos no conjunto da empresa.

Operações de curto prazo no mercado financeiro representam outro mecanismo utilizado pelo capital agrário como uma fonte alternativa de renda. Essas operações se tornaram cruciais nos anos 80, quando a inflação se acelerou, servindo, portanto, como um instrumento para preservar o valor real da riqueza acumulada e compensar as instabilidades nos mercados de *commodities*. Esse é, conseqüentemente, um mecanismo utilizado basicamente por grandes produtores, funcionando como um suporte para acumulação paralela aos limites da economia rural.

Finalmente, a existência do Estado como um determinante central da estabilidade na economia rural tem proporcionado elementos históricos para o movimento reivindicatório das organizações rurais. Entretanto dois obstáculos têm vindo à tona: a decisão tomada pelos próprios *policymakers* de beneficiarem os estabelecimentos menores na implementação da política de crédito rural; e o conflito crescente entre as necessidades de recursos para agricultura e a crise fiscal vivida pelo Estado, reduzindo a possibilidade de alocar crédito ao setor. Mais ainda, o "calcanhar de Aquiles" de qualquer política de crédito para a agricultura tem sido, comprovadamente, a difícil compatibilização do nível de taxa de juros com o orçamento dos produtores.

Qualquer discussão sobre o capital na agricultura deve considerar os mecanismos que permitem aos agricultores se integrarem ao movimento do capital em geral, o que significa levar em conta as possíveis alternativas de investimento. Ou seja, agricultores capitalistas tendem a se tornar mais "fortes" economicamente, na medida em que seus capitais não estejam restritos somente à agricultura. Em grande medida, o agricultor capitalista é levado a ter no *farm business* uma espécie de atividade *part-time*, o que significa dizer que o capital agrário tende a perder sua identificação com o campo. Apenas por essa via pode o capital superar os *constraints* inerentes à agricultura, transformando-a num campo mais viável de acumulação.

A expansão dos setores não agrícolas em direção à agricultura proporciona, assim, um mecanismo que liberta o capital de suas raízes agrárias, integrando-o à circulação geral do capital e sugerindo o fim do capital agrário como uma categoria social isolada. Essa aproximação entre a agricultura e o capital não agrário está amplamente relacionada aos ganhos especulativos previstos e à renda institucional. Soma-se a isso a rentabilidade de atividades específicas, como pecuária, reflorestamento e algumas culturas de exportação em certas conjunturas. A importância desses mecanismos proporciona as bases para se questionar a visão segundo a qual a agricultura é um campo reservado a pequenas unidades.

Esses mecanismos ligando a renda dos agricultores ao mercado patrimonial e às operações financeiras não têm sido inteiramente incorporados nas avaliações feitas pelos líderes rurais a respeito da situação da agricultura. As dificuldades financeiras oriundas de safras fracassadas, as quais alimentam as demandas por compensações oficiais, devem ser examinadas à luz dos pontos aqui discutidos, juntamente com o fato de que boas safras funcionam como um reservatório financeiro para amparar os impactos de possíveis perdas futuras.

Os argumentos levantados a favor de um livre mercado para a agricultura demonstram ser bastante contraditórios, devido às permanentes demandas ao Estado

por incentivos ou compensações implícitas de uma ou outra forma. Conseqüentemente, a agricultura ainda é um caso especial e, como tal, incorpora um processo específico de acumulação, no qual o Estado joga um papel crucial. A suscetibilidade da agricultura a safras ruins ou a preços decadentes não necessariamente significa maus tempos ou perdas patrimoniais para todos os agricultores. Isso quer dizer que é a falta de acesso a outras fontes de recursos para investimento que autoriza aos pequenos produtores um tratamento preferencial por parte do Estado.

Bibliografia

- AIDAR, A. C. K., PEROSA JÚNIOR, Roberto M. (1981). Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, v.1, n.3, p.17-41, jul./set.
- BELL, C., NEWBY, H. (1974). Capitalist farmers in British class structure. **Sociologia Ruralis**, v.14, n.1/2, p.86-107.
- BRINKMAN, G. L. (1986). Farming under uncertainty in the 1980s: some lessons from Canada. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF AGRICULTURAL ECONOMISTS, 19., Malaga, Spain. **Proceedings...** Malaga, Spain.
- BUAINAIN, A. M., SOUZA FILHO, H. M. (1986). A trajetória recente da agricultura: da recessão a recuperação. In: CARNEIRO, R., org. **Política econômica da Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.63-98.
- BUTTEL, F. H. (1989). The US Farm crisis and the restructuring of American Agriculture: domestic and international dimensions. In: GOODMAN, D., REDCLIFT, M., **The international farm crisis**. Macmillan. p.46-83.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1985: Paraná (1985). Rio de Janeiro: IBGE.
- CONTRERAS, A. J. (1977). Limites da la producción capitalista en la agricultura. **Revista Mexicana de Sociologia**, UNAM, v.39, n.3, jul./sept.
- DE JANVRY, A. (1981). **The agrarian question and reformism in latin america**. London: J. Hopkins University. 306p.
- DELGADO, G. C. (1985). **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Icone/UNICAMP. 240p.
- FAGUNDES, M. H. (1988). A influência da PGPM na oferta agrícola. **Carta Mensal da SUPEC**, Brasília: CFP, v.3, n.4, abr.
- FITE, G. C. (1981). **American farmers: the new minority**. Indiana University. 265p.
- FLEISCHFRESSER, V. (1988). **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 1970**. Chain. 154p.
- GHODES, Ajit K. (1979). Farm size and land productivity in Indian agriculture: a reappraisal. **Journal of Development Studies**, v.16, n.1, p.25-49, Oct.
- GOODMAN, D., REDCLIFT, M. (1989). Introduction. In:---. **The international farm crisis**. Macmillan. p.1-22.

- THE GUARDIAN (1988). Four years on and it is time to Doff the CAP. 10 Feb.
- GUITHER, H. D., HALCROW, H. G. (1988). **American farm crisis: resources on contemporary issues**. Michigan: Pierian Press Ann Arbor.
- HARVEY, D. (1982). **The limits to capital**. Oxford: Basil Blackwell.
- HAYAMI, Y. (1988). **Japanese agriculture under Siege: the political economy of agricultural policies**. Macmillan. 145p.
- HEADY, E. O. (1983). Economic policies and variables: potentials and problems for the future. In: BREWSTER, D. E., RASMUSSEN, W. D., YOUNGBERG, G. **Farms in transition: interdisciplinary perspectives on farm structure**. Ames: Iowa State University. p.23-35.
- HOWARTH, R. W. (1969). The political strength of British agriculture. **Political Studies**, v.17, n.4, p.458-469.
- O INDICADOR RURAL (1982). Rio de Janeiro: Semente, v.1.
- O INDICADOR RURAL (1984). Paulinelli: agropecuária deve organizar-se para ser ouvida. Rio de Janeiro: Semente, v.3, n.71/72, dez.
- O INDICADOR RURAL (1986). Campo reivindica paridade com as cidades. Rio de Janeiro: Semente, v.5, n.118, nov.
- JENSEN, K. (1984). An economic view of debate on farm size in saskatchewan. **Canadian Journal of Agricultural Economics**, v.32, n.1, p.187-200, mar.
- JOHNSON, D. G. (1958). Government and agriculture: is agriculture a special case? **The Journal of Law and Economics**, v.1, p.122-136, oct.
- KAGEYAMA, A. et al. (1987). **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP.
- LLAMBI, L. (1988). Small modern farmers: neither peasants nor fully-fledged capitalist? **Journal of Peasant Studies**, v.15, n.3.
- MADDEN, J. P. (1967). Economies of size in farming: theory, analytical procedures, and a review of selected studies. **Agriculture Economic Report**, Washington: USDA, n.107, Feb.
- MAHMOOD, K. H., MAKI, D. R. (1979). Effects of farm size on economic efficiency: the case of Pakistan. **American Journal of Agricultural Economics**, v.61, n.3, p.64-69, Feb.
- MANN, S. A., DICKINSON, J. M. (1968). Obstacles to the development of a capitalist agriculture. **Journal of Peasant Studies**, v.5, n.4.
- MANOEL, A. (1986). **Política agrícola, eficiência e concentração na agricultura brasileira: um estudo de setor canavieiro paulista**. São Paulo: USP/IPE. 182p. (Relatórios de Pesquisa, n.54)
- MARTINE, G. (1989). **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. OIT/PNUD/IPLAN. 58p. (Projeto Bra/87/006)
- MASSEY, D., CATALANO, A. (1978). **Capital and land: landownership by capital in Great Britain**. London: Edward Arnold. 201p.
- MELLO, M. C. D. (1975). **O bóia fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes.

- MELLOS, E. C. (1988). **Mercantilização da produção agrícola e expansão das cooperativas agropecuárias singulares: o caso do extremo oeste paranaense.** (Dissertação de mestrado apresentado ao curso de pos-graduação em Economia, UFMG/CEDEPLAR)
- MORAES, P. G. (1987). Algumas observações para o estado das classes dominantes na agropecuária brasileira. **Reforma Agrária**, v.17, n.2, ago./nov.
- MOUZELIS, N. (1976). Capitalism and the development of agriculture. **Journal of Peasant Studies**, p.483-492, Jul.
- NAKANO, Y. (1981). A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, v.1, n.3, p.3-16, jul./set.
- NIKOLITCH, R. (1969). **Our 31,000 lrgest farms.** USDA.
- PATNAIK, U.(1971). Capitalist development in agriculture: a note. **Economic and Political Weekly**, v.6, n.52, p.A123-A130, Sept.
- PENNOCK, J. R. (1959). The political power of british agriculture. **Political Studie**, n.7, n.3, p.291-296.
- RUDRA, A. (1970). In search of the capitalist farm. **Economic and Political Weekly**, p.A85-A87, Jun.
- SILVA, J. Graziano (1981). **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec.
- SILVA, J. Graziano (1988). A gestão das políticas agrícolas numa agricultura moderna. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 26., Fortaleza, Ceara. **Anais...** Fortaleza: SOBER, p.244-273. (O Estado e a Agricultura - Temas da Atualidade)
- SORJ, F. (1980). **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar.
- STANTON, B. F. (1978). Perspective on farm size. **American Journal of Agricultural Economics**, Dec.
- THORNER, D. (1969). Capitalist farming in India. **Economic and Political Weekly**, p. A211-A212, Dec.
- TUBIANA, L. (1989). World trade in agricultural products: from global regulation to market fragmentation. In: GOODMAN, D., REDCLIFT, M., **The international farm crisis.** Macmillan. p.23-45.
- TWEETEN, L. (1979). **Foundations of farm policy.** University of Nebraska.
- VEIGA, A. (1988). Agricultura estado e privatização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 26., Fortaleza, Ceara. **Anais...** Fortaleza: SOBER, p.165-175. (O Estado e a Agricultura - Temas da Atualidade)
- VERGOPOULOS, K. (1978). Capitalism and peasant productivity. **Journal of Peasant Studies**, v.5, n.4.
- WHATMORE, S., MUNTON, R., LITTLE, J., MARSDEN, T. (1987). Towards a typology of farm businesses in contemporary british agriculture. **Sociologia Ruralis**, v.27, n.1.